

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº /2020 - SEMAS/TNC/ICRAF-CGIR

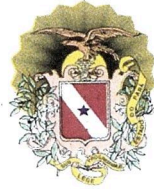
PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE; O INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL *THE NATURE CONSERVANCY* DO BRASIL E PELO CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGROFLORESTAL VISANDO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE BAIXO CARBONO E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NO ESTADO DO PARÁ.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Governador HELDER ZAHLUTH BARBALHO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 2421147 SSP/PA - 2ª Via, e inscrito no CPF/MF nº 625.943.702-15, residente e domiciliado em Ananindeua-PA e pela SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, doravante denominada SEMAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.783/0001-68, com sede, na Travessa Lomas Valentina, nº 2.717, Bairro do Marco, CEP 66095-770, em Belém-PA, neste ato representada por seu Secretário JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA, nomeado através do Decreto publicado no Diário Oficial do Estado do Pará - DOE/PA, nº 33.781, em 15/1/2019, portador da Carteira de Identidade nº 1360811/SSP/PA, e inscrito no CPF/MF 296.202.102-63; e o INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL *THE NATURE CONSERVANCY* DO BRASIL, doravante denominado simplesmente como TNC, associação civil sem fins lucrativos, com escritório na SCN QD. 05 Bl. A sala 1407 - Torre Sul - Edifício Brasília Shopping and Tower - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.104.175/0001-49, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, IAN SAMUEL THOMPSON, irlandês, casado, portador da Carteira de Identidade



DS
Ian S. Thompson

DS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

2

nº 705233673/Delemig/PA, e CPF nº 509.870.112-00, residente e domiciliado na Rua Napoleão de Barros, nº 1.190, apta. 152; Vila Clementino, São Paulo-SP, e o CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGROFLORESTAL, doravante denominado simplesmente como ICRAF (e também conhecido pela marca (World Agroforestry), com sede global em *United Nations Avenue, Gigiri, P.O. Box 30677-00100, Nairobi, Kenya* e escritório nacional em Travessa Enéas Pinheiro, s/nº, Campus Embrapa - Marco, CEP 66.095-903, Belém-PA, Brasil, neste ato representado por ANDREW MICCOLIS, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1799568 - SSP/DF, CPF/MF nº 824304461-20, residente na EPPR, Trecho Chácara 76t, núcleo rural do Córrego Urubu, Brasília, Distrito Federal; resolvem conjuntamente:

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 225).

Considerando que os desafios impostos pelas mudanças climáticas e o seu impacto sobre a vida humana e as demais formas de vida do planeta tornam necessário o desenvolvimento e a implementação de soluções que contribuam para a redução das emissões de gases do efeito estufa, para a preservação das florestas e para a adaptação ao aquecimento global causado pelas mudanças climáticas;

Considerando que o avanço da ocupação territorial na Amazônia e com relevo no Estado do Pará, encontram-se historicamente relacionados ao uso desordenado da terra e dos recursos naturais, exigindo uma abordagem de gestão territorial e setorial integradora e que permita uma melhor avaliação dos impactos gerados por cada atividade e dos empreendimentos a elas relacionados em seu conjunto;

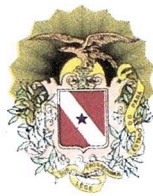
Considerando os esforços e avanços empenhados pelo Estado do Pará no enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelas necessidades de desenvolvimento em bases sustentáveis que envolva pessoas e a biodiversidade na Amazônia;



The Nature Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida

DS
Jan S. Thompson

DS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

3

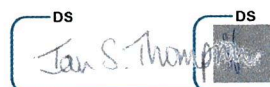
Considerando a clara sinalização expressa pelo Projeto de Lei 404/2019, em trâmite na Assembleia Legislativa do Pará, que cria a Política Estadual de Mudanças e Adaptação Climática, reforçando os compromissos do Estado do Pará na busca de soluções para estes desafios;

Considerando os resultados que vêm sendo obtidos pelas iniciativas da TNC no Pará, no apoio à conservação ambiental em terras indígenas em parceria com os povos que nelas habitam e no desenvolvimento de projetos e programas para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação e para o Pagamento por Serviços Ambientais os quais têm possibilitado a identificação dos passivos e ativos ambientais não só dos municípios como dos próprios imóveis rurais possibilitando assim contribuir no planejamento de novos modelos produtivos para estas regiões;

Considerando a necessidade de estabelecer arranjos institucionais em áreas e territórios prioritários, que possam oferecer qualidade e efetividade aos processos de regularização ambiental, governança de Terras, e o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis; provendo assim o desenvolvimento sustentável nestas regiões;

Considerando a parceria da TNC como o Estado do Pará no âmbito da Força Tarefa dos Governadores para o Clima, que por meio do Projeto “Estruturando a Transição para uma Economia de Baixo Carbono”, apoiado pelo Governo da Noruega e PNUD, tem apoiado o desenho e desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões do Estado do Pará, também designada “Amazônia Agora”, tendo como pilar estratégico a Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis e como pilares operacionais o Programa Regulariza Pará; o Fundo Amazônia Oriental e as ações de Comando e Controle;

Considerando o Decreto nº 344 , de 10 de novembro de 2019 que instituiu a Política de Atuação integrada de Territórios Sustentáveis e traz em seu bojo os objetivos de aumentar a produtividade por meio da assistência técnica, extensão rural e inovação tecnológica para o campo; gerar trabalho e renda a partir da valorização dos produtos e subprodutos da biodiversidade amazônica; promover o ordenamento territorial e regularização





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

4

ambiental como incentivo ao desenvolvimento rural sustentável e a uma cultura de paz no campo; realizar ações para a proteção e manutenção dos ecossistemas e ciclos hidrológicos, a fim de garantir a continuidade dos serviços ecossistêmicos, promovendo a participação dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, seus conhecimentos tradicionais e suas visões de desenvolvimento harmônico com a natureza, respeitando sua identidade social, coletiva e cultural, costumes e tradições, entre outros.

Considerando o Decreto nº 346, de 14 de outubro de 2019, que instituiu o Fundo Amazônia Oriental, uma estratégia de financiamento ambiental que funcionará como um instrumento de colaboração privada ao alcance das metas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento no estado do Pará;

Considerando a experiência acumulada pela TNC em seus 30 anos de atuação no Brasil e mais de 60 anos de atuação Global no cumprimento de sua missão pela preservação da flora, da fauna e das comunidades naturais que representam a diversidade da vida na Terra, promovendo a proteção das terras e das águas de que necessitam para sobreviver;

Considerando a necessidade de desenvolver alternativas econômicas integradas aos processos de recuperação de áreas degradadas apoiando desta forma a regularização ambiental de imóveis rurais, permitindo, inclusive, a melhor inserção no mercado nacional e internacional, bem como o acesso às linhas de crédito que financiam a atividade rural;

Considerando que a TNC compõe e hospeda no Brasil a Tropical Forest Alliance (TFA), uma iniciativa público-privada global com o objetivo de promover a adoção de ações voluntárias, individualmente e em conjunto, para reduzir o desmatamento tropical associado ao abastecimento de commodities como óleo de palma, soja, carne, polpa e papel, como aspecto-chave da promoção de um desenvolvimento econômico rural inclusivo e sustentável;

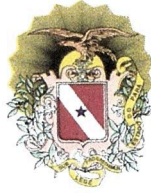
Centro Internacional de
Pesquisa Agrolflorestal
CIPAF

The Nature
Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida

DS
Jan S. Thompson

DS

DS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

5

Considerando que a TFA, através da TNC, está desenvolvendo Programas Jurisdicionais para apoiar o envolvimento do setor privado e a atração de recursos internacionais em territórios-chave que oferecem uma oportunidade de reduzir o desmatamento associado à produção de commodities e a promoção de uma economia que considere a floresta e seus povos como ativos centrais. O estado do Pará foi identificado como um desses territórios chave pelo TFA;

Considerando a atuação conjunta que TNC, com e por meio do TFA, tem buscado promover o diálogo entre os diferentes setores, catalisando ações coletivas numa ótica de negócios sustentáveis, pautados no enfoque sistêmico e integrado entre cadeias produtivas sustentáveis como eixo de desenvolvimento econômico e social, e na construção e implantação por uma governança formadas por atores públicos e privados;

Considerando que o *World Agroforestry* - marca registrada do ICRAF - é um centro de excelência científica que potencializa os benefícios das árvores para as pessoas e o meio ambiente. Alavancando o maior repositório mundial de ciência e informação agroflorestal, desenvolve práticas e conhecimento, desde os campos dos agricultores até a esfera global, a fim de garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, sendo a única instituição que realiza pesquisa agroflorestal com implicações globais em todas as regiões tropicais do mundo em desenvolvimento. O conhecimento produzido pelo ICRAF permite que governos, agências de desenvolvimento e agricultores usem o poder das árvores para tornar os meios de vida agrícolas mais sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos, em diferentes escalas.

Considerando que o ICRAF pode contribuir para os objetivos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES por meio da pesquisa de ponta e da construção da capacidade humana e institucional para gerar e aplicar a ciência e as inovações agroflorestais e de uso sustentável do solo.

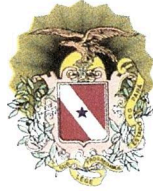
Considerando que o ICRAF responde aos desafios sociais e ambientais por meio de sistemas baseados em árvores no âmbito de paisagens agrícolas. Tais desafios incluem pobreza e fome, insegurança alimentar, saúde precária, escassez de energia, biodiversidade e perda de habitat, mudanças climáticas e degradação de recursos.



The Nature Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida

DS
Jan S. Thompson

DS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

6

Considerando por fim os resultados potenciais que a união destes esforços e capacidades pode trazer para o ordenamento ambiental e territorial e para a criação e o desenvolvimento de modelos de produção sustentável integrados à floresta na Amazônia Legal, e em especial no Estado do Pará.

RESOLVEM celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES (doravante designado simplesmente “Protocolo”), nos termos e cláusulas a seguir estipulados:

ARTIGO PRIMEIRO - DO OBJETIVO

1.1 O presente Protocolo de Intenções tem como objetivo orientar a cooperação e a implantação de ações sinérgicas entre as Partes, com o fim de promover bases sólidas para a conservação dos recursos naturais e a economia de baixas emissões no Estado do Pará como um exemplo emblemático de transformação possível para a Amazônia, a partir da promoção da excelência na produção, difusão e aplicação do conhecimento e de soluções inovadoras voltadas ao ordenamento territorial e à regularização ambiental; ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, às mudanças climáticas, ao combate ao desmatamento ilegal, à conservação de recursos naturais; à promoção dos sistemas agroflorestais e outras formas de uso sustentável do solo e das águas, e áreas afins.

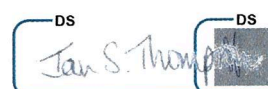
1.2 As atividades e as áreas relativas a este Protocolo serão objeto de Plano de Trabalho específico, elaborados e aprovados em conjunto pelas Partes, e que passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

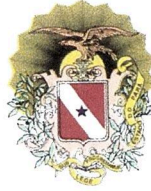
ARTIGO SEGUNDO - DAS ÁREAS DE COLABORAÇÃO

2.1 As áreas específicas de colaboração inserir-se-ão no âmbito dos respectivos programas e projetos do Estado do Pará; da TNC e do ICRAF, e incluem, dentre outros:

a. Promover mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combate ao desmatamento ilegal, o desenvolvimento de modelos de inteligência territorial voltados para o planejamento e o monitoramento do uso do solo e dos recursos naturais em diversas escalas no Estado do Pará; na gestão sustentável dos recursos naturais e a governança ambiental e territorial;

b. Estabelecer mecanismos para apoiar o desenvolvimento de ações conjuntas entre as partes, a fim de contribuir para a partilha de conhecimentos e a capacitação técnica e científica, voltados para o alcance do objetivo do presente Protocolo;

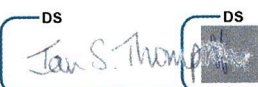
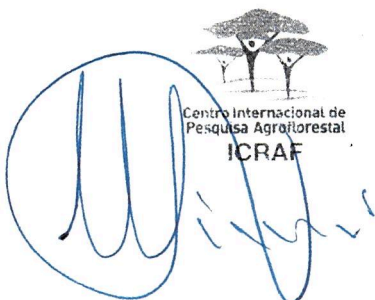




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

7

- c. Promover um ambiente seguro de negócios e de crédito favorável ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono;
 - d. Desenvolver instrumentos e estratégias que permitam reduzir os riscos socioambientais a investimentos de modo a fortalecer as oportunidades econômicas em áreas já convertidas;
 - e. Desenvolver parcerias externas e alianças público-privadas para estudar, sistematizar, divulgar e implantar práticas e inovações técnicas e científicas, visando melhorar de forma ampla e significativa a sustentabilidade nas áreas relevantes;
 - f. Captar recursos, quando possível, para viabilizar projetos e programas de interesse comum, e planejar e executar, de forma conjunta, políticas, programas e projetos nas áreas relevantes;
 - g. Estabelecer intercâmbios de pesquisadores, técnicos e agricultores, promovendo interação entre a academia, centros de pesquisa, órgãos do governo e o conhecimento local;
 - h. Criação e fortalecimento de sistemas transparentes de monitoramento da implementação de compromissos por parte do setor público e do setor privado quanto à redução de emissões associadas ao desmatamento e degradação de florestas tropicais associada às cadeias de produção;
 - i. Promoção da cooperação público-privada vinculada ao planejamento da paisagem visando o estabelecimento de territórios sustentáveis com compromissos claros por todos os setores;
 - j. Promoção dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais associados à posse e uso sustentável da terra e dos recursos naturais em seus territórios e sua efetiva participação nos processos de tomada de decisão a eles relacionados, promovendo o desenvolvimento de novos produtos e mercados;
 - k. Cooperação para o avanço à geração de conhecimento e capacidade técnica associados ao desenvolvimento da bioeconomia no estado do Pará;
 - l. Propiciar intercâmbio de informações e metodologias bem como documentos científicos e técnicos produzidos pelas partes;
 - m. Organização conjunta de conferências, *workshops*, seminários e outras reuniões científicas e técnicas, nacionais e internacionais, sobre temas de interesse comum.
- 2.2 São compromissos assumidos conjuntamente pelos signatários:





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

8

- a. Desenvolver projetos técnicos, científicos e de desenvolvimento, e promover a participação da equipe técnica e científica;
- b. Em cooperação, avaliar as propostas prospectivas de acordos com plano de trabalho específicos e critérios definidos conjuntamente;
- c. Trocar informações e monitorar conjuntamente oportunidades e necessidades de pesquisa e desenvolvimento emergentes que possam beneficiar de um acesso mútuo, oportuno e sistemático às redes ICRAF, TNC e SEMAS/Estado do Pará, promovendo colaborações e iniciativas no âmbito do Estado do Pará e dos seus territórios, conforme considerado adequado.

ARTIGO TERCEIRO - OS PROJETOS E FINANCIAMENTO

3.1 Este Protocolo não significa um compromisso de fundos por nenhuma das Partes. Se for necessário financiamento para apoiar qualquer uma das atividades acima referidas, as Partes devem realizar negociações para concluir acordos separados juridicamente vinculativos.

3.2 Cada Parte no presente Protocolo suporta e paga a totalidade dos custos e despesas decorrentes de sua atuação para execução das ações acordadas.

3.3 Para implementar este Protocolo, as Partes desenvolverão propostas de pesquisa, desenvolvimento, extensão e capacitação em colaboração, referindo-se às responsabilidades específicas de cada parceiro.

3.4 Qualquer financiamento das Partes será formalizado ao abrigo de acordos juridicamente vinculantes separados, devidamente assinados pelas partes, com a inclusão de cláusulas e outras condições que observem estritamente regras contidas na legislação pátria.

3.5 Os compromissos aqui assumidos sujeitam-se a uma revisão anual, baseada em relatórios técnicos e financeiros, e poderão ser redesenhados ou ajustados, de acordo com a disponibilidade de recursos para a realização das tarefas acordadas.


ARTIGO IV - DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência do presente Protocolo será contada a partir de sua última assinatura até o dia 31 de janeiro de 2023.

4.2 a vigência poderá ser sucessivamente prorrogada ou encerrada por acordo entre as Partes.




Centro Internacional de
Pesquisa Agroflorestal
ICRAF



The Nature
Conservancy

Proteger a natureza é preservar a vida

DS

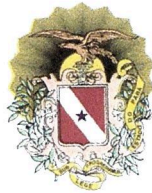


Jan S. Thompson

DS

DS





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

9

ARTIGO V - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, NOMES E LOGOTIPOS

5.1 Nos termos do presente Protocolo, as Partes podem produzir documentos, relatórios, estudos, fotografias e mapas, assim como documentos sobre um produto específico (em conjunto, "Obras"). Salvo se de outra forma acordado por escrito pelas Partes, os direitos autorais e todos os direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas Obras pertencerão à Parte que elaborar a mesma.

5.2 Se uma Obra for elaborada em conjunto pelas Partes, os direitos autorais pertencerão às Partes em conjunto. Em todos os casos de coautoria, as Partes ficam desde já autorizadas a usar a obra sempre para fins não-comerciais e benefício público, no Brasil e no exterior.

5.3 Nenhuma das Partes publicará ou distribuirá Obras da outra Parte sem o seu consentimento prévio e sem reconhecer sua participação na Obra.

5.4 Os nomes, logotipos e símbolos das Partes são marcas próprias e, como tal, não podem ser utilizadas para qualquer fim sem a prévia autorização expressa e por escrito de seus titulares.

ARTIGO VI - SEPARABILIDADE

6.1 O presente Protocolo não se destina a criar obrigações juridicamente vinculativas, mas constitui uma declaração de intenções de boa-fé e estabelece todas as intenções das Partes no que diz respeito à colaboração prevista.

6.2 As relações nele estabelecidas não constituem uma parceria, empresa comum, agência ou contrato entre as partes.

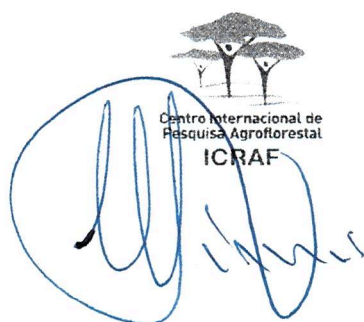
6.3 O presente Protocolo não prejudica o estabelecimento de acordos adicionais entre as Partes.

6.4 O presente Protocolo não exclui a realização de atividades específicas por cada uma das Partes separadamente ou por grupos de partes, embora estas se comprometam a não prejudicar a intenção e o objetivo do Protocolo.

ARTIGO VII - DA ASSINATURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

7.1 As assinaturas do presente Protocolo ou de qualquer alteração do mesmo, podem ser transmitidas por via eletrônica. E qualquer assinatura deste tipo terá o mesmo efeito que uma original.

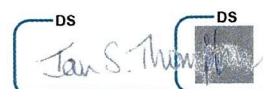
7.2 Após dois anos e meio (2,5) a contar da data da execução inicial, as Partes poderão proceder a uma revisão para controlar e avaliar a eficácia do presente Protocolo e recomendar modificações ou prorrogações para análise e aprovação por todas as Partes.



Centro Internacional de
Pesquisa Agroflorestal
ICRAF



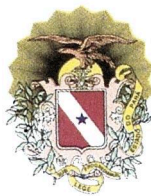
The Nature
Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida



DS
Jan S. Thompson



DS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

10

7.3 Uma Parte pode renunciar a sua participação no presente Protocolo a qualquer momento, mediante notificação escrita à outra Parte com uma antecedência mínima de três (3) meses.

ARTIGO VIII - DA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

8.1 Quaisquer disputas sobre a interpretação ou aplicação do presente Protocolo serão resolvidas por meio de acordo entre as Partes

ARTIGO IX - DA PUBLICAÇÃO

9.1 O presente instrumento será assinado em 3 (três) vias e publicado no Diário Oficial do Estado no prazo de dez dias, conforme exigência do art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

Belém, 18 de fevereiro de 2020.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do Estado do Pará

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

DocuSigned by:

24C0FD5745AC493...

IAN SAMUEL THOMPSON
Diretor Executivo

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL THE NATURE CONSERVANCY DO
BRASIL



DocuSigned by:

D9A5783D5D8F497...

ANDREW MICCOLIS
Representante Legal
CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGROFLORESTAL

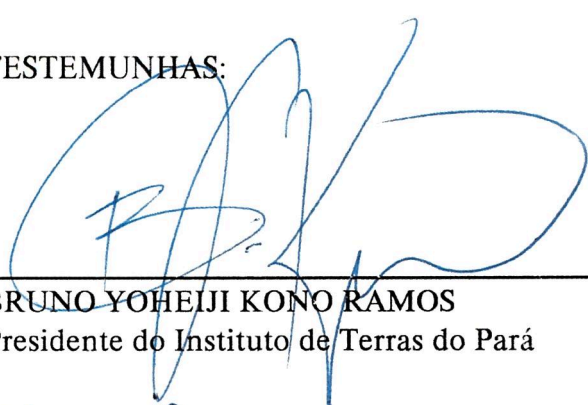


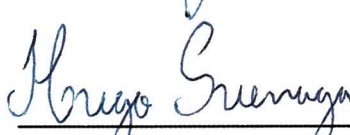


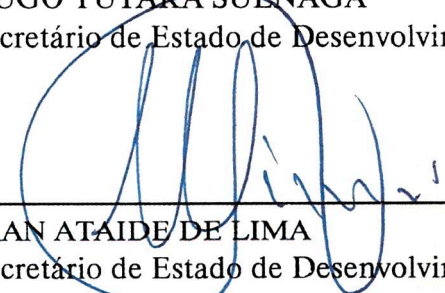
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

11

TESTEMUNHAS:




BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS
Presidente do Instituto de Terras do Pará

HUGO YUTAKA SUENAGA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

IRAN ATAÍDE DE LIMA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

DocuSigned by:



CA85316550164BF...



FABIOLA ZERBINI
Diretora para a América Latina
TROPICAL FOREST ALLIANCE

RG/i-pge

semas - int c ambiental-p int-3-4

